

# Psicologia em movimento

Conselho Regional de Psicologia  
Santa Catarina - 12ª Região  
Nº 1 - Gestão 2013/2016  
Janeiro/Abril de 2014



**3** Editorial

Apresentação da Revista Psicologia em Movimento

**4** Gestão

Balço da Gestão 2010-2103

Continuidade do projeto ético político e os desafios para o triênio 2013-2016

Principais ações do Planejamento Estratégico para 2014

**8** Política de Participação

Conheça a Política de Participação e Colaboração  
Operacionalização do Projeto

**10** Políticas Públicas

CREPOP - Movimento e Articulação de Eixos em Políticas Públicas no CRP 12

Mapeamento de Psicólogos(os) por campo de atuação

Grupo temático na área de saúde - Articulando a Rede de Atenção Psicossocial em Santa Catarina - RAPS

**12** Direitos Humanos

Nova composição da Comissão de Direitos Humanos do CRP -12

Saiba mais sobre... A Clínica do Testemunho

Direito a Memória e a Verdade

**14** Atuação Profissional

COF - Orientações aos psicólogos que atuam na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho

CATE - Breve histórico sobre o título profissional de Especialista em Psicologia

COE - Apontamentos sobre a Comissão de Ética

**16** Orientação

A atuação da(o) psicóloga(o) nos diferentes espaços de inserção profissional e sua interface com a Justiça

**18** Relações Interinstitucionais

GT fará acompanhamento dos editais de concursos públicos  
CRP-12 está realizando reuniões com gestores do Estado e analisando denúncias sobre concursos públicos

Parceria entre Conselho Regional e Sindicato

Articulação com os Conselhos Profissionais

Catarinenses participarão do V Congresso Latino-Americano de Psicologia da ULAPSI

**20** Entrevista

A contribuição da Psicologia no contexto dos grandes eventos esportivos sediados no Brasil

**22** O assunto é...

PL do Ato Médico 2: É preciso estar atento e forte!

Mais de uma década de luta contra o Ato Médico

**23** Cidadania

Debate com temática indígena fez parte do I Encontro Nacional da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS

**24** Formação

CRP-12 e ABEP são parceiros na qualificação da formação dos psicólogos

Parceria com as IES

**25** Identidade Profissional

Profissionais de todas as regiões do Estado recebem Carteira de Identidade Profissional em cerimônias do CRP-12

**26** Transparência

Orçamento 2014

**27** Agenda

## Expediente

**Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - 12ª Região - CRP-12**

Sede: Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC - CEP: 88101-050  
Fone/fax: (48) 3244-4826

Escritório Setorial Oeste: Ed. Lazio Executivo, Rua Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC - CEP: 89.802-130 - Fone: (49) 3304-0388 / Fax: (49) 3304-0389

[www.crp12.org.br](http://www.crp12.org.br)

[www.facebook.com/crp12sc](https://www.facebook.com/crp12sc)

**Envie sua participação, sugestão, crítica ou comentário para comunicacao@crp12.org.br**

Conselho Editorial: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Cláudia dos Santos Cruz e Inea Giovana da Silva Arioli

Jornalista: Sandra Werle (SC 0515 - JP)

Produção: Letra Editorial

Impressão: Gráfica Meta

Tiragem: 10.000 exemplares

**DIRETORIA****Conselheira**

**Presidenta:** Jaira Terezinha da Silva Rodrigues

**Conselheira Vice-**

**Presidenta:** Ana Maria Pereira Lopes

**Conselheiro**

**Tesoureiro:** Fabricio Antonio Raupp

**Conselheira Secretária:**

Cláudia dos Santos Cruz

**VIII PLENÁRIO****Conselheiras(os) Efetivas(os)**

Ana Maria Pereira Lopes  
CRP-12/01423

Cláudia dos Santos Cruz  
CRP-12/09368

Fabricio Antonio Raupp  
CRP-12/08012

Inea Giovana da Silva Arioli  
CRP-12/01269

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues  
CRP-12/01706

Maribel Batista Sebastião  
CRP-12/08030

Simone Vieira de Souza  
CRP-12/01489

Tatiane Cristine da Silva  
CRP-12/08607

Yara Maria Moreira de Faria Hornke  
CRP-12/08685

**Conselheiras(os) Suplentes**

Aline Batista Bernardes  
CRP-12/06683

Anderson Luis Schuck  
CRP-12/10082

Geni Beckert  
CRP-12/02454

Giuliana de R. C. de Leandro Remor  
CRP-12/05268

Igor Schutz dos Santos  
CRP-12/07736

Joice Danusa Justo  
CRP-12/07017

Juliana Lima Medeiros  
CRP-12/08651

Juliane Cristine Koerber Reis  
CRP-12/00469

Junior Cesar Goulart  
CRP-12/11136

# Apresentação da Revista Psicologia em Movimento

Psicólogas e  
Psicólogos,

É com muito prazer que apresentamos a primeira edição da Revista Psicologia em Movimento e nela, algumas diretrizes do Projeto ético político da gestão 2013/2016.

A tomada de decisão de substituir a publicação do tradicional Jornal do CRP/12 pela Revista fundamenta-se no desejo do VIII Plenário em estabelecer com a categoria um novo padrão de comunicação: uma publicação com conteúdo, que subsidie o profissional sobre diferentes debates e posições políticas de interesse da Psicologia; uma publicação de caráter histórico, informando sobre os eventos realizados, lutas, orientações e diretrizes do Sistema Conselhos e acima de tudo, uma publicação interativa e dinâmica, que estabeleça um canal periódico de diálogo com a categoria e que expresse em cada matéria nosso convite à participação.

O nome da Revista "Psicologia em Movimento", bem como, a nova Campanha de gestão, que será publicizada em breve, foram inspiradas no pensamento da Psicóloga Sílvia Lane, em especial seu livro "Psicologia Social: o homem em movimento", que ao ser publicado em 1986, marcou a necessidade

de mudança de paradigma da Psicologia Social brasileira. Assim como Sílvia Lane, defendemos a ideia da Psicologia com compromisso social. Compreendemos que enquanto Ciência e Profissão a Psicologia deve voltar-se para os problemas concretos de nossa realidade, contribuindo através do seu fazer, com o processo de transformação da sociedade brasileira.

Neste sentido, o investimento na promoção das Políticas Públicas, a defesa de direitos e do exercício da cidadania, a valorização e potência da diversidade da Psicologia, o exercício profissional com qualidade e ética, a gestão democrática e descentralizada escolhidas como temáticas em algumas editoriais em nossa revista, serão frentes a serem priorizadas em nossa gestão e exemplos de como podemos contribuir com a transformação social desejada.

## Psicologia com participação é movimento.

Este será o mote que norteará nossa campanha de gestão. A proposta do VIII Plenário é a

Chega o momento de darmos um passo adiante e propor uma reflexão acerca da práxis em Psicologia.

afirmação de uma Psicologia participativa e dialética, comprometida com a dinâmica de processos históricos sociais, promotores de emancipação humana e o desenvolvimento de uma práxis crítica e criadora.

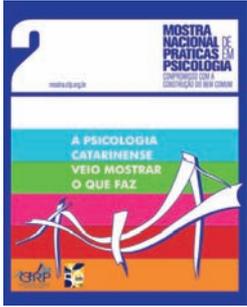
"Parar para pensar e depois fazer" como propôs Sílvia Lane em entrevista a Revista Psicologia e Sociedade – 1996. Chega o momento de darmos um passo adiante e propor uma reflexão/intervenção acerca da práxis em Psicologia.

Nossa proposta nesta gestão será de fazer provocações e reflexões acerca do protagonismo da Psicologia e do Psicólogo como agente político e a necessidade de mudança na forma de fazer psicologia. Precisamos nos atentar para a dialética entre a igualdade e a diferença, entre a individualidade e a coletividade.

Essa proposta, além de uma posição teórica é também uma posição política, um projeto ético, cujo exemplo pode ser encontrado na própria história de Lane, que nos mostrou a clareza quanto ao seu papel social, de sua posição enquanto Psicóloga, pesquisadora e docente que viveu lutando por uma nova maneira de fazer Psicologia.

VIII Plenário do CRP-12  
(Gestão 2013-2016)

# Balanço da Gestão 2010



- Gestão Política do CRP-12 com a categoria
- Plenárias e reuniões
- Política financeira
- Gestão do sistema – administração
- Regionalização e interiorização do Sistema Conselhos
- Gestão do sistema – comunicação
- Gestão do sistema – acessibilidade
- Organização do Congresso Nacional da Psicologia/CNP
- Participação na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF
- Ética Profissional – orientação e fiscalização
- Título de Especialista

## EIXO I

### Aperfeiçoamento Democrático do Sistema Conselhos



**PSICOLOGIA**  
EM TODOS OS LUGARES  
COM QUALIDADE E ÉTICA



## EIXO II

### Construção de Referências de Qualificação para o Exercício Profissional



- Democratização e ética na comunicação
- Tecnologias da informação – Resolução CFP nº 12/2005
- Emergências e desastres
- Psicologia do esporte
- Psicologia do trânsito e mobilidade urbana
- Diversidade
- Processo transexualizador
- Psicologia e gênero
- Psicologia, políticas públicas e relações étnorraciais e quilombolas
- Psicologia e povos indígenas
- Direitos Humanos
- Educação
- Criança e adolescente



- 2013



- Áreas emergentes
- Religião – laicidade da Psicologia
- Educação
- Trânsito e mobilidade
- Violação de direitos
- Relações e condições de trabalho do psicólogo de saúde
- Assistência Social
- Políticas públicas e atuação profissional
- Ampliação das parceiras com entidades da Psicologia
- Psicologia e mídia
- Reconhecimento da Psicologia



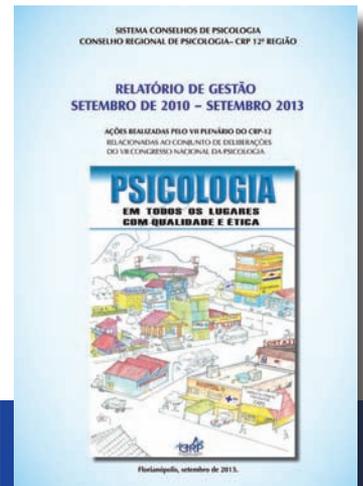
**EIXO III**  
Diálogo com a Sociedade e com o Estado

- Psicologia organizacional e do trabalho
- Avaliação psicológica
- Sistema de avaliação dos testes psicológicos (Satepsi)
- Formação
- Crepop
- Memória da Psicologia

- Psicologia e envelhecimento
- Sistema único de assistência social (SUAS)
- Saúde
- Segurança pública
- Sistema prisional
- Psicologia jurídica
- Relações e condições de trabalho

**Números:**

- 109 reuniões de entrega de carteiras Profissionais;
- 185 reuniões de diretoria;
- 36 reuniões Plenárias;
- 16 reuniões Plenárias extraordinárias;
- 11 Reuniões Plenárias de Julgamento;
- 4 eventos preparatórios para COREP;
- 8 Pré congressos;
- 49 novas denúncias éticas;
- 32 processos éticos julgados;
- 28 viagens de orientação e fiscalização contemplando 39 cidades de SC;
- 104 visitas a pessoas jurídicas;
- 23 situações de fiscalização;
- 13 diligências;
- 69 protocolos para cadastro de sites;
- 122 requerimentos para títulos de especialistas;
- Instalação do Escritório Setorial Oeste - setembro de 2013.



A íntegra do Relatório de Gestão 2010-2013 está disponível no site do CRP-12: [www.crp12.org.br](http://www.crp12.org.br).



**O** VIII Plenário do CRP-12 tomou posse no dia 27 de setembro de 2013, em cerimônia realizada no Plenarinho da Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC. A mesa de honra foi composta por representantes dos Conselhos Profissionais, Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense, representante dos movimentos sociais, Conselho Federal de Psicologia e Associação Brasileira de Ensino em Psicologia – ABEP/Núcleo SC, demarcando a intenção da nova gestão de estreitar os laços com os grupos organizados em prol da Psicologia.

## Continuidade do projeto ético político e os desafios para o triênio 2013-2016

O programa de ação proposto pela atual Gestão, para a elaboração do Planejamento Estratégico do triênio 2013-2016, está embasado nas deliberações do VIII CNP – Congresso Nacional de Psicologia e VIII COREP, bem como na plataforma de governo proposta pela chapa do Movimento “Pra cuidar da profissão”, que tem como princípios norteadores:

I. Trabalhar com a diversidade da Psicologia que a constitui enquanto campo;

II. Construir lideranças significativas, instaurando processos coletivos de trabalho e decisão, rompendo assim com o personalismo;

III. Zelo e cuidado com o patrimônio institucional e garantia da política de transparência;

IV. Defesa da democracia direta, aquela que possibilita a presença física dos sujeitos políticos no debate público e a sua mobilização, garantindo a ampla difusão das informações que são necessárias à participação das (os) psicólogas (os)

nos espaços de expressão e posicionamento, sobretudo para o pensamento crítico e divergente;

V. A capacidade da Psicologia de se fazer útil à maioria da população brasileira, por meio da defesa da garantia dos direitos humanos e de práticas ética e cientificamente responsáveis, considerando as demandas sociais, em especial as políticas públicas.

O VIII Plenário defende ainda um projeto político de combate à influência do modelo neoliberal na sociedade brasileira e seus impactos nas políticas de Estado, nas relações sociais e mais diretamente na Psicologia. Esse modelo é muitas vezes reproduzido pelos profissionais, que assim perpetuam a cultura do individualismo.

O campo de atuação profissional do psicólogo sofre os impactos desse modelo, com práticas corporativas, academicistas e a hegemonia do modelo biomédico, o que faz com que, na luta política, as práticas que levam à alienação e ao

sofrimento sejam favorecidas e fortalecidas por entidades e grupos organizados que, em parte, se opõem à garantia de direitos.

Um dos grandes desafios da gestão é explicitar o sentido da presença do CRP na sociedade, debatendo qual o tipo de subjetividade de que se fala em cada espaço onde a Psicologia se insere, buscando a articulação desta com a política. O debate que levará para os diferentes espaços - de atuação, controle social, representação e comunicação – necessariamente deverá promover a defesa de direitos, a efetividade e a qualidade das políticas públicas, a gestão democrática e transparente das entidades e a contribuição social desta ciência.

O momento atual é de mudança do paradigma das relações sociais que constitui subjetividades. O advento da era da informação e a consolidação da sociedade em rede (favorecida pela Internet) promovem a rapidez e a ampliação das possibilidades de comunicação; porém

isto não oferece continência para a efervescência e multiplicidade de processos subjetivos, que exigem prontidão para entender o novo e possibilitar respostas.

Dentro deste cenário, a Psicologia enquanto ciência e profissão, é uma presença útil para desembaraçar os nós identificados nestes diferentes espaços. A rapidez, a produção e a agilidade podem gerar processos percebíveis, que levam ao fortalecimento de uma sociedade desigual, violenta e patologizante, sendo relevante a contribuição da ciência psicológica para identificação e problematização destes processos.

Evidencia-se a necessidade da reflexão sobre o paradoxo existente entre o projeto ético-político defendido pela atual gestão e o fato do Conselho ser uma autarquia criada como um braço do Estado que tem como função precipua a normatização, orientação e fiscalização da profissão, o que coaduna com o papel de controle estatal. Ainda assim o Sistema Conselhos, do qual

o CRP/12 faz parte, nos últimos 16 anos atingiu um lugar de representatividade, legitimidade, poder dialógico com as instituições da Psicologia, com as diferentes esferas de Governo e com a sociedade, o que vai ao encontro do projeto político que ora defende.

Verifica-se que os posicionamentos supramencionados e embasados nos princípios que norteiam a gestão, serviram de ferramenta para elaborar o Planejamento Estratégico da atual gestão e contribuirão para o enfrentamento dos desafios demandados pela sociedade contemporânea.

O Planejamento para o triênio 2013 – 2016, foi pensado de maneira transversal, interligando as ações a serem desenvolvidas, pelas diferentes comissões e GT's que compõem o CRP-12, bem como instituições afins/parceiras para o desenvolvimento da ação. Para tanto foram criados três eixos norteadores, objetivando garantir a coerência entre ação e discurso:

Eixo 1: Ações com psicólogos/as e profissão;

Eixo 2: Relação com a sociedade;

Eixo 3: Organização e gestão.

Em cada um dos eixos é apresentado o conjunto de ações que representam a centralidade da política a ser desenvolvida pelo VIII Plenário. Pontos marcantes do Planejamento Estratégico elaborado pela atual gestão exemplificam seu viés político. Entre eles destacam-se:

- a política de participação e colaboração a ser desenvolvida em diferentes regiões do estado;

- o CREPOP como norteador da Comissão de Políticas Públicas;

- o envolvimento dos funcionários do CRP - 12 na elaboração do planejamento estratégico como forma de garantir a coresponsabilidade e apropriação do projeto político de gestão;

- o estreitamento das relações interinstitucionais, por meio do diálogo com a categoria, com as entidades da Psicologia, os cursos de Psicologia, a sociedade e o Estado.

## Principais ações do Planejamento Estratégico para 2014

### Ações com Psicólogos(os) e Profissão

Objetivo Estratégico: Criar rede de relacionamento com a categoria, de forma horizontal e descentralizada, com espaços de troca e proposições e ações políticas e educativas que valorizem o potencial profissional e o reconhecimento social da profissão.

- Criar Polos Regionais de comunicação.
- Criação de grupos temáticos em vários campos.
- Implementação das orientações coletivas e ampliação dos debates sobre atuação profissional.
- Criação dos GTs: Psicologia e Ensino; concursos; Saúde Indígena; Políticas de Álcool e Outras Drogas.
- Realização do II Seminário de Atenção Psicossocial.
- Transformação do Dia do Psicólogo em dia de luta, reflexão e mobilização.
- Elaboração de Projeto de Comunicação Institucional.

### Ações com a sociedade

Objetivo Estratégico: Ser uma referência nos debates sobre a potência da Psicologia e psicólogos(os), buscando alianças com movimentos sociais, intervindo nas políticas públicas sociais e criando espaços de articulação.

- Participação nos espaços de controle social de âmbito estadual.
- Recomposição da CDH com a participação dos movimentos sociais.
- Promoção de evento alusivo aos 50 anos de ditadura militar e de debate sobre a clínica do testemunho.
- Organização de espaço de visitação itinerante sobre Vladimir Herzog.
- Intensificação dos espaços de diálogo com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Gestionar sobre o Projeto de Lei do marco regulatório na política de Comunicação, em parceria com o FNDC.

### Ações de organização da gestão

Objetivo Estratégico: Realizar uma gestão transparente, descentralizada e articulada, aberta ao diálogo de forma a otimizar os recursos e potencializar as ações e resultados.

- Realização de reuniões mensais com funcionárias(os) para qualificar e aprimorar os processos de trabalho.
- Qualificação sistemática de conselheiras(os).
- Realização de reforma da sede Florianópolis para reorganização física e funcional dos espaços do CRP-12.
- Dinamização do Escritório Setorial Oeste, conforme projeto (disponível no site do CRP-12).
- Criação de manual de padronização de procedimentos.
- Aprovação do Plano de Cargos e Salários.
- Aquisição de equipamentos para transmissão online.



## Psicologia com Participação é Movimento

### Conheça a Política de Participação e Colaboração

**O** VIII Plenário do CRP-12 dá início, a partir de fevereiro de 2014, à proposta "Política de Participação e Colaboração", que objetiva construir por meio de uma política de base estadualizada uma rede de psicólogos articulados com a gestão, para ampliar a participação política, ética e técnica da categoria junto ao Sistema Conselhos, refletindo na qualificação profissional desses.

A participação de todas(os) os profissionais fará com que o Conselho de Psicologia seja um ator ainda mais presente na sociedade, acompanhando e colaborando nos debates, interferindo nas políticas sociais, debatendo a profissão e levando as questões da Psicologia aos fóruns. "Vamos promover uma Psicologia com participação e movimento, presente na vida não só das(os) profissionais mas de toda a sociedade", pontuou a presiden-

te Jaira Rodrigues.

Trazer as(os) profissionais para o debate é o foco. Todas(os) são importantes e poderão participar dos grupos, nos polos regionais onde moram e atuam. As pautas serão definidas numa construção conjunta dos participantes e CRP-12, atendendo as demandas regionais. Ao final de cada ano, serão conferidos certificados de participação.

#### Polos em todas as regiões de SC

Os polos iniciais, em cada região do Estado, são: no Médio e Alto Vale em Blumenau; no Norte em Joinville; na Grande Florianópolis em Florianópolis; no Oeste em Chapecó; na Serra, em Lages; no Vale do Itajaí, Itajaí; e no Sul, Criciúma.

Foram criados e-mails que ser-

virão para organizar, no Conselho, a articulação entre as regiões e, através deles, interessadas(os) podem fazer sua inscrição já a partir de agora. Os e-mails são:

- [artricula.litoral.vale@crpsc.org.br](mailto:artricula.litoral.vale@crpsc.org.br)
- [artricula.meioalto.vale@crpsc.org.br](mailto:artricula.meioalto.vale@crpsc.org.br)
- [artricula.norte@crpsc.org.br](mailto:artricula.norte@crpsc.org.br)
- [artricula.oeste@crpsc.org.br](mailto:artricula.oeste@crpsc.org.br)
- [artricula.serrana@crpsc.org.br](mailto:artricula.serrana@crpsc.org.br)
- [artricula.sul@crpsc.org.br](mailto:artricula.sul@crpsc.org.br)
- [artricula.gde.florianopolis@crpsc.org.br](mailto:artricula.gde.florianopolis@crpsc.org.br)

O projeto prevê a qualificação política e técnica das(os) psicólogas(os) participantes dos grupos, a fim de atuarem no controle social (conferências, conselhos, sociedade civil organizada), na política profissional (associações, formação, gestão e sindicato) e na multiplicação dos debates e ações realizadas (com outros profissionais, instituições e sociedade civil).

{ Psicóloga(o), participe das discussões em sua região e venha construir, junto ao CRP e seus pares, uma Psicologia mais crítica, atuante e qualificada! }

# Operacionalização do Projeto

O Projeto terá início com a qualificação dos colaboradores regionais em 7 polos do Estado de Santa Catarina. O objetivo do VIII Plenário é, ao longo da gestão, ampliar o número de polos conforme as demandas regionais. A primeira reunião em cada região contará com a presença de membros da diretoria e serão realizadas conforme calendário. A frequência dos encontros será bimestral e a partir do segundo encontro as reuniões ocorrerão simultaneamente e os polos estarão conectados virtualmente.

Será criada uma página, no site do CRP-12, onde psicólogas(os) terão acesso ao projeto, poderão conhecer seus detalhes, fazer sua inscrição, conhecer a agenda de sua região e acompanhar os debates em todo o estado. O espaço virtual servirá como instrumento de comunicação e para socialização dos debates e ações.

O projeto prevê três possibilidades de participação das(os)

psicólogas(os), na função Articuladora, de Participante e/ou de Referência Técnica.

O articulador será um profissional com representatividade na região, ligado à gestão do CRP-12, podendo ser conselheiro ou não, com idoneidade ética e profissional e será qualificado para executar o projeto nos polos regionais. A atribuição será de mobilizar, organizar e coordenar os grupos e servir de elo entre o CRP-12 e sua região.

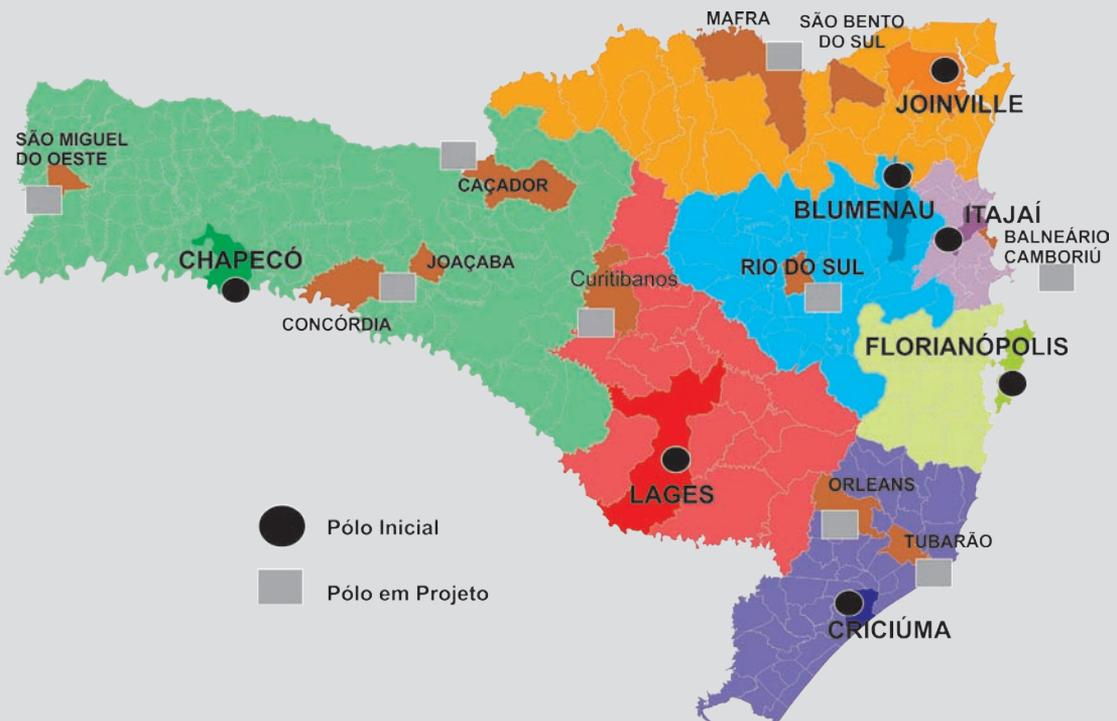
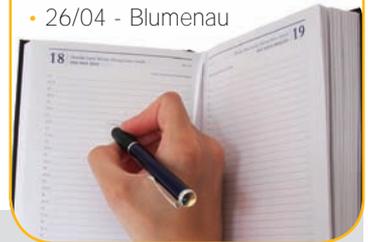
O participante será toda(o) psicóloga(o) inscrita(o) no CRP-12, bem como estudantes de psicologia. Os participantes tem como função participar dos encontros, problematizar as ações do CRP-12, fazer sugestões e socializar as discussões com seus pares.

As(os) psicóloga(os) referência técnica são aqueles com experiência profissional em determinada área do conhecimento, com acúmulo de experiência no campo de atuação. Sua atribuição será a de

colaborar pontualmente em atividades de elaboração de referencial técnico e qualificação de outros profissionais, em comissões e Grupos de Trabalho do CRP-12, ou ainda por meio de representação em órgãos de controle social.

## Veja a agenda das reuniões:

- 15/02 – Qualificação de Articuladores - Florianópolis
- 08/03 – Chapecó
- 15/03 – Florianópolis
- 29/03 – Itajaí
- 05/04 – Joinville
- 11/04 – Lages
- 11/04 – Criciúma
- 26/04 - Blumenau



# CREPOP - Movimento e Articulação de Eixos em Políticas Públicas no CRP 12

O CREPOP é um método de organização da presença da Psicologia nas políticas públicas, realizado nos últimos anos no Sistema Conselhos de Psicologia. As políticas públicas no país advêm da instalação de um cenário de direitos pós a Constituição de 1988 e constituem grande espaço de trabalho a ser ocupado por diferentes profissões.

As políticas públicas ocorrem no espaço de contradição das delimitações do Estado em face das contradições dos sistemas capitalistas de produção. Contudo, ainda assim, o cenário de direitos que se faz presente no Brasil indica ser preciso atentar para o fato de que, "contraditoriamente o Estado é o espaço público que tem a possibilidade de abrigar e evidenciar essa contraposição e, portanto, é a arena onde o embate deve se dar" (GONÇAVES, 2010, p. 59).

A profissão de psicólogo até os anos 1990 não reunia grande tradição de presença nas políticas públicas. Além disso, a profissão tem uma característica de dispersão na ocorrência de suas práticas. Isto, que pode ser considerado fértil para a profissão, mas requer organização. Assim, a atuação em políticas públicas demanda conhecimentos e algumas competências específicas. Esses conhecimentos devem ser aliados a problematizações acerca de como foi se dando o campo social das políticas públicas no Brasil, que muito recentemente tem instalada a ideia de direitos sociais, bem como sobre a difícil, mas fundamental interlocução entre direito e subjetividade.

Relacionado a isto, as políticas públicas não dizem respeito à garantia e reprodução de força de trabalho, tampouco a assistir

"menos favorecidos" e excluídos do processo social. São espaço social necessário para o desenvolvimento de todos os indivíduos, para que alcancem as mais avançadas conquistas humanas presentes neste momento histórico" (GONÇAVES, 2010, p. 64).

O CREPOP é então, um veículo de potencialização estratégica em acumular referências de atuação e método de diálogo com os gestores dessas mesmas políticas. Por meio dele muitas referências já foram criadas para diversos espaços de atuação dos quais faz parte a Psicologia. Toda uma metodologia de construção também vem acompanhando tal trabalho (<http://crepop.pol.org.br/novo/>).

O profissional da psicologia que trabalha em uma política pública pode acessar no CREPOP desde os Marcos Legais para cada uma das possibilidades de atuação em políticas públicas, bem como referências para o trabalho em muitas delas. E o mais importante: o profissional da psicologia pode participar diretamente da construção das ações do CREPOP, por meio da contribuição na elaboração das referências, viabilizadas pelas consultas públicas.

O CRP 12 está organizado no Estado de Santa Catarina um espaço com função de potencializar o CREPOP, divulgando, discutindo e consolidando o desempenho da prática profissional nessas políticas e a participação das mesmas

na sociedade de direitos. Articulação de eixos em Políticas Públicas: Saúde, Assistência Social, Educação, Justiça e Saúde do Trabalhador. A ideia é a partir do que já fora construído pela profissão no país para essas políticas, interna e externamente à profissão, reunir psicólogos/as, em torno das discussões específicas ou intersetoriais a cada eixo para, conjuntamente, tornar mais sólidas as práticas nas políticas públicas. "Hoje, mais de 50 mil psicólogos/os atuam nas políticas públicas" (CFP, 2012, p. 12), sendo na Saúde e na Assistência Social a maior concentração de profissionais, que se somam a outras que ampliam e diversificam a inserção de psicólogos/os em Políticas Públicas no cenário brasileiro.

Cada um desses eixos teve um planejamento específico e em interlocução com o projeto do CRP 12 para a gestão. A partir desse início de ano acontecerá o chamamento à participação e à contribuição das/os psicólogas/os dos diferentes campos de atuação em políticas públicas. Sendo assim, fique atento no sistema de comunicação social do CRP 12, a fim de identificar sua possibilidade de participar especificamente com seu trabalho no campo das políticas públicas.



# CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

## UM CONVITE PARA VOCÊ

### Mapeamento de Psicólogas(os) por campo de atuação

Prezadas(os) Psicólogas(os),

O CRP-12, por meio do CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, vem convidá-las/os a participar dos grupos temáticos, que serão realizados presencialmente em Florianópolis e por meio virtual nas demais regiões do Estado. O CRP-12 deseja promover a aproximação e o diálogo entre os profissionais e com a gestão, que acontecerá por meio de eventos, debates e fóruns que serão realizados ao longo da Gestão 2013 - 2016.

Para tal, o CRP-12 está realizando o mapeamento dos profissionais que atuam nas diversas políticas públicas e, que desejam se qualificar e contribuir com as discussões técnicas, políticas e éticas que serão realizadas. Neste sentido, solicitamos a todas/os psicólogas/os que atuam nos seguintes campos de atuação: assistência social – saúde - educação - segurança pública, mobilidade urbana, psicologia organizacional e do trabalho, psicologia clínica e psicologia do esporte, a contribuir respondendo ao formulário: Mapeamento De Psicólogas/os por campo de atuação, disponível no site do CRP-12 - [www.crp12.org.br](http://www.crp12.org.br).

Agradecemos a sua contribuição!

### Grupo temático na área de saúde

#### Articulando a Rede de Atenção Psicossocial em Santa Catarina – RAPS

O Ministério da Saúde, através da Portaria nº 3088, de 23 de dezembro de 2011, instituiu a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, no âmbito do SUS para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Essa lei amplia e promove o acesso aos serviços, de forma a garantir a articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências. A RAPS reforça a Política Nacional de Saúde Mental, apoiada na Lei 10.216/01, na busca pela consolidação de um modelo de saúde mental de base comunitária.

No início de dezembro de 2013 o Ministério da Saúde promoveu, na cidade de Curitiba, o I Encontro Nacional da RAPS que teve como principal objetivo reunir todos os pontos de atenção e serviços da rede, seus usuários, familiares e parceiros visando sua articulação e fortalecimento.

O CRP/12 participou do evento chamando as(os) psicólogas(os) presentes para reunião de articulação da rede em Santa Catarina, convidando-os a compor um **Grupo Temático na Área da Saúde**. Este terá como objetivo a organização de ações voltadas para a qualificação da atuação da(o)

psicóloga(o) neste campo, bem como a avaliação dos serviços e da política de governo, a organização do controle social em saúde, a articulação da Psicologia na rede e a promoção das Políticas Públicas.

A reunião contou com a participação de onze profissionais de diferentes regiões do Estado que irão compor o grupo. A primeira reunião temática será realizada no mês de março de 2014.

Participe deste grupo respondendo ao formulário do Mapeamento de Psicólogas e Psicólogos por campo de atuação.



Foto: Cynthia Luz Yurgel

**Programação Cultural:** O CRP/12 apoiou a participação do Grupo De Lírios, usuários do CAPs de Joinville que fizeram uma bela apresentação no dia 6 de dezembro de 2013, durante o evento da RAPS. O movimento social Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial - RENILA também se fez presente no evento realizando apresentações culturais e manifestações públicas em defesa da saúde mental.

# Nova composição da Comissão de Direitos Humanos do CRP -12

A Comissão de Direitos Humanos – CDH do VIII Plenário do CRP 12 está sendo reorganizada. Além de desempenhar o tradicional papel de receber, averiguar e dar encaminhamento as denúncias relativas à violação de direitos humanos e a participação em inspeções, vistorias e eventos vinculados ao tema, para o triênio 2013-2016, tem como proposta convidar movimentos sociais



Imagem do site: [www.fmdh.sdh.gov.br](http://www.fmdh.sdh.gov.br)

relacionados as temáticas LGBT, questão racial, crianças e adolescentes, idosos, mulheres e combate a tortura, para compor a comissão do CRP-12. Tal composição objetiva potencializar os movimentos sociais e qualificar os debates na defesa da garantia de direitos, problematizando a questão da subjetividade.

A apresentação deste novo formato, bem como das instituições que comporão a Comissão, ocorrerá no evento "Processo Ditatoriais e Subjetividades: Evento alusivo aos 50 anos do golpe civil-militar", que será realizado em março de 2014.

Esta composição foi pensada a partir de diversas representações

realizadas pela CDH, desde o mês de setembro de 2013. Dentre as participações realizadas, a comissão participou do "Fórum Mundial de Direitos Humanos", realizado em Brasília no mês de dezembro de 2013.

O referido evento teve como objetivo promover um espaço de debate público sobre direitos humanos e abordar os principais avanços e desafios nesta área. No Fórum Mundial foi anunciada a convocação pela Presidente da república da Conferência Nacional dos Direitos Humanos para 2015, ficando para 2014 as etapas Regionais e Estaduais, que será uma das pautas de discussão da CDH.

Saiba mais sobre...

## A Clínica do Testemunho

O Projeto Clínicas do Testemunho consiste na formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados pela violência. O processo de reparação individual da memória está ligado à possibilidade de elaboração das marcas traumáticas da violência de estados vividos pelos sujeitos. A atenção psicológica é uma das formas possíveis de elaboração, reinscrição e coletivização da experiência traumática pessoal.

Assim, há a possibilidade terapêutica de construir uma nova vida e deixar para as gerações futuras uma herança sem tantos 'não ditos' que, se não se transformam em palavras, podem irromper catastróficamente.

Ao invés de apagar vestígios, a clínica do testemunho quer recuperar memória; ao invés de esquecer a história, quer recontá-la, abrindo novas possibilidades de simbolização. E, sobretudo, legar àqueles que lhes sucedem o que lhes corresponde por herança simbólica.

A não elaboração coletiva das diversas formas de violência de Estado pode retornar encarnada nas novas gerações, travestida de delinquência e de outras formas de violência. Neste processo de Justiça de Transição em que vivemos, o Projeto Clínicas do Testemunho, além de ser mais um instrumento de garantia do direito à memória, à verdade e à reparação psicológica, produzirá insumos para elaboração de políticas públicas em instituições na perspectiva da democracia, bem como trabalhará na afirmação de que a subjetividade se relaciona à relações de violência, mas também é veículo para a democracia.

# Direito a Memória e a Verdade

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, apenas três anos após o final da Segunda Guerra Mundial. Como signatário de tal declaração, o Estado brasileiro é obrigado a respeitá-la, no entanto cabe ressaltar que um dos períodos mais nebulosos e tristes da história brasileira, a Ditadura Militar (1964-1985), ocorreu após a publicação desta declaração. Apesar deste período não evidenciar exclusividade em termos de desrespeito aos direitos humanos (basta lembrar o período escravagista), a Ditadura Militar deixou marcas profundas que ainda não cicatrizaram, vinculadas à tortura e morte de muitos presos políticos.

Partindo da premissa de 'lembrar para não repetir' várias iniciativas e movimentos vem ocorrendo no Brasil tentando resgatar o período negro da ditadura militar como o Movimento pela Anistia, o grupo Tortura Nunca Mais, comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, entre outros. Após muita resistência dos militares e setores conservadores da sociedade brasileira, e em atenção à resolução da Corte Interamericana de Justiça da OEA, em 16/05/2012, o governo federal instala a Comissão Nacional

da Verdade, composta por personalidades nomeadas pela pres. da República e com prazo de dois anos para concluir seus trabalhos. A Comissão da Verdade foi replicada em vários estados e instituições pelo país e em Santa Catarina a mesma foi criada em março de 2013.

A Comissão de Direitos Humanos - CDH do CRP-12 tem acompanhado os trabalhos realizados pelo Coletivo Estadual Memória, Verdade e Justiça, que se dedica a resgatar a história da ditadura em Santa Catarina, por meio das lembranças daqueles que a vivenciaram.

Para marcar os 50 anos da Ditadura Militar no país, que ocorrerá em 31 de março de 2014, estão acontecendo várias ações em diversas cidades do Estado, como o Projeto "Ditadura nunca mais! Direitos Humanos sempre!" em Joinville; o evento "50 anos do Golpe de 64" em Criciúma; a Audiência Pública em Blumenau, com depoimento de presos políticos do Vale do Itajaí e a constituição da Comissão da Verdade dentro da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, onde a partir deste ano será iniciada uma pesquisa de resgate com o intuito de identificar o papel desta instituição nos chamados "anos de chumbo".

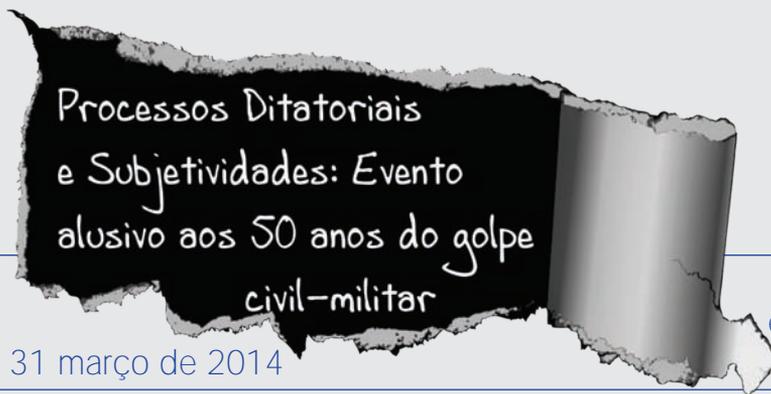
*"A conquista da garantia e universalidade dos direitos humanos representa um avanço da civilização e se constrói em meio às lutas travadas ao longo da história da humanidade, são produtos de uma correlação de forças entre os processos de inclusão e exclusão que movimentam a sociedade" (Conselho Regional de Psicologia/SC, 2004. p. 13)*

## CRP debalizará debate em março

O CRP-12, através da CDH, também organizou o debate **Processos Ditatoriais e Subjetividades: Evento alusivo aos 50 anos do golpe civil-militar**, que será realizado dia 31 março de 2014. Um dos objetivos do evento será marcar os 50 anos do golpe a partir do debate e lançamento do livro "A Verdade é Revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)". A publicação organizada pelo CFP (gestão 2010-2013), traz relatos de profissionais que vivenciaram ou conviveram com pessoas que passaram pelo período de repressão no país, e exemplifica o debate sobre a clínica do testemunho.

O evento também lançará a Mostra Itinerante de Direitos Humanos em Santa Catarina, apresentada na II Mostra Nacional de Psicologia (setembro de 2012), intitulada "Sala Vladimir Herzog: Direitos Humanos, Nossos Direitos".

Confira a programação do evento e faça sua inscrição no site do CRP-12



### Referências

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA/SP. O tecido e o Tear: Psicologia e sua interface com os direitos humanos. Série Comunicação Popular. Acesso em 13/01/2014. Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cartilhas/default.aspx>

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA/SC. Comissão de Direitos Humanos (CDH) - Caderno do V Congresso Nacional de Psicologia - Etapa Regional de Santa Catarina - 2004.

## COF

# Orientações aos psicólogos que atuam na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho

A Comissão de Orientação e Fiscalização – COF esclarece às(aos) psicólogas(os) e Pessoas Jurídicas – PJ regularmente inscritas no CRP-12 e que atuem em funções de treinamento e seleção de pessoas, usando métodos e técnicas reconhecidamente da ciência psicológica, que os mesmos não estão obrigados a registro profissional adicional junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, conforme descrito na Resolução CFP Nº 008/1998, que possui teor legal por embasar-se na Lei 5766/71, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia.

Tal demanda tem sido acolhida pela COF, que orienta os profissionais autuados por aquele conselho, conforme disposto na resolução supramencionada. Neste sentido a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicoló-

go, em seu art. 13, § 1º, define como funções privativas do psicólogo “[...] utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento [...]”.

À vista disso, a(o) profissional psicóloga(o) devidamente inscrita(o) junto ao CRP está legalmente apta(o) para o exercício das atividades relacionadas à seleção e treinamento, em face do disposto na alínea “b” do parágrafo primeiro do art. 13 acima transcrito. No caso de PJ, a jurisprudência consolidada refere que a empresa está obrigada apenas à inscrição perante o Conselho Regional que controla a atividade principal da empresa, ou seja, a atividade básica em relação àquela pela qual presta serviços a terceiros, deste modo ressaltamos ser importante constar no contrato social que, para o desempenho das atividades descritas, utilizar-se-ão os

conhecimentos, métodos e técnicas da ciência psicológica.

Visando avançar nas discussões neste campo, o VIII Plenário do CRP-12, através de sua Conselheira Presidente, agendou reunião com a Diretoria do Conselho Regional de Administração de SC, que irá ocorrer ainda no mês de fevereiro de 2014, na qual será reforçado o entendimento desta autarquia de que ambos os profissionais, estão legalmente habilitados para o exercício das funções de recursos humanos, respeitando as diferenças de conhecimentos técnicos e científicos específicos que embasam a prática profissional. A COF informa ainda que todo o profissional ou PJ que tenha sido autuada pelo Conselho de Administração pode entrar em contato com o Conselho. Mais informações também estão disponíveis no site do CRP-12, neste espaço há um resgate dos posicionamentos do sistema conselhos em face do CRA.

## CATE

## Breve histórico sobre o título profissional de

Em 1999, atendendo aos anseios da categoria, o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com diversas entidades representativas da profissão, iniciou o debate sobre a criação de especialidades e a regulamentação destas para o profissional psicólogo, mobilizando e organizando a categoria em torno de seu interesse e da sociedade em geral de forma ampla e democrática.

A primeira resolução editada pelo Conselho Federal de Psicologia sobre este tema foi a de nº. 014/2000, que estabeleceu 9 especialidades em Psicologia, quais sejam:

- ♦ Psicologia Escolar/Educacional;

- ♦ Psicologia Organizacional e do Trabalho;
- ♦ Psicologia de Trânsito;
- ♦ Psicologia Jurídica;
- ♦ Psicologia do Esporte;
- ♦ Psicologia Hospitalar;
- ♦ Psicologia Clínica;
- ♦ Psicopedagogia;
- ♦ Psicomotricidade.

As especialidades em Psicologia Social e Neuropsicologia foram instituídas *a posteriori*, por meio de resoluções próprias. A forma de obtenção do título também foi sendo ajustada. Inicialmente, foram concedidos títulos de especialista aos psicólogos que comprovaram

COE

# Apontamentos sobre a Comissão de Ética

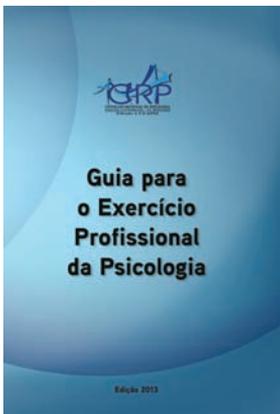
O CRP-12 é uma autarquia que tem como missão orientar, disciplinar, fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e garantir o compromisso ético-político e o protagonismo social da Psicologia em Santa Catarina. Nessa direção é, também, a instância que recebe denúncias em face de psicólogos(os) que, supostamente, in-

fringiram a ética profissional.

Diante do exercício irregular da(o) psicóloga(o), qualquer pessoa poderá representar aos Conselhos Regionais a(o) profissional que esteja infringindo as Resoluções do CFP e/ou o Código de Ética Profissional. A Comissão de Orientação e Ética – COE é o setor do CRP responsável por dar andamento às denúncias acolhidas pelo Conselho. Uma vez recebidas na COE, as denúncias são encaminhadas conforme o Código de Processamento Disciplinar, estabelecido pela Resolução CFP nº 006/2007. Trata-se de um

conjunto de normas, semelhante ao Código de Processamento Civil, que organiza os passos para o estabelecimento das alegações de defesa e de acusação das partes, isto é, disciplina a tramitação processual.

Nesse início de "conversa", queremos fazer um pequeno destaque ao Código de Ética profissional. A ideia é que a cada edição da revista, possamos ampliar o diálogo com a inserção de temáticas de reflexão, orientação e debate em da comissão/COE. Voltando ao Código de Ética, esse, além de construir elementos balizadores quanto às práticas referendadas pela categoria e pela sociedade, se sustenta em padrões técnicos, científicos e éticos, e busca fomentar a reflexão do profissional no exercício de sua práxis, fazendo um chamamento a responsabilidade pessoal e social, bem como os implicando aos desdobramentos das ações no cotidiano da atividade profissional desenvolvida.



Como leitura de materiais organizativos da atividade de psicóloga(o) a COE sugere o Guia de Orientação Profissional do Psicólogo, no qual consta uma seleção de resoluções, separadas por tema, além do Código de Ética. Este Guia pode ser acessado em nosso site

[www.crp.org.br](http://www.crp.org.br) ou pelo link

[http://issuu.com/crp-12/docs/guia\\_crp-12-vrt](http://issuu.com/crp-12/docs/guia_crp-12-vrt)

## Especialista em Psicologia

mais de 5 anos de experiência profissional na área requerida, ocorrendo assim um reconhecimento do empenho profissional do psicólogo na área em que ele havia concentrado suas atividades. Com o credenciamento dos cursos de especialização junto ao CFP e da realização dos concursos de provas e títulos, mais de 500 profissionais psicólogos atuantes em nosso Estado já obtiveram seus títulos e a população catarinense pode contar com profissionais especialistas em 10\* das 11 especialidades reconhecidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia.

\* Não foi concedido pelo CRP-12 nenhum título de especialista em Psicologia do Esporte.

♦ Visite o site do CRP-12, nele você poderá obter todas as informações sobre o título de especialista: formas de requerimento, especialidades reconhecidas, relação dos cursos de especialização credenciados pelo CFP, relação dos psicólogos especialistas em SC, bem como conhecer a Resolução CFP nº. 013/2007, que dispõe sobre o título profissional de especialista. [http://www.crp.org.br/?open\\_pag&pid=1823](http://www.crp.org.br/?open_pag&pid=1823)



# A atuação da(o) psicóloga(o) nos diferentes espaços de inserção profissional e sua interface com a Justiça

O Conselho Regional de Psicologia vem recebendo com frequência diversas consultas e solicitações de orientação de psicólogas(os) que atuam em diferentes áreas da Psicologia sobre a realização de perícias e emissão de documentos no contexto judiciário. Atentos a essa crescente demanda, bem com objetivando cumprir a função precípua desta autarquia, de orientar a profissão, a Comissão de Orientação e Fiscalização – COF realizou a sistematização dos dados resultantes dos registros de atendimentos (por telefone, e-mail e presencial), relativos ao período de janeiro a agosto de 2013.

Neste período foram atendidos espontaneamente 89 psicólogas(os), totalizando 101 atendimentos, sendo a maioria desses profissionais recém-inscritos. Quanto ao campo de atuação tem-se que 32% das(os) psicólogas(os) são da área clínica da iniciativa privada (32%), seguidos pelos lotados nas políticas públicas de assistência social (23%) e de saúde (19%).

Também foram atendidos psicólogas(os) que trabalham com a Segurança Pública (delegacias e sistema prisional, 4%), Educação (3%) e aqueles lotados nas comarcas do Tribunal de Justiça (3%). Os principais temas abordados nestes atendimentos são questões relativas a litígios e tramitações envolvendo crianças, adolescentes e interditos, principalmente quanto à violência, guarda e adoção.

São frequentes também as de-

mandas sobre o limite de atuação da(o) psicóloga(o) em casos em que seus usuários estão em conflito com a Lei ou em litígio; o conflito frente à demanda da Justiça para acompanhamento e avaliação psicológica de uma mesma pessoa; o encaminhamento das requisições da Justiça para serviços públicos, dificultando o atendimento das demandas para as quais os serviços foram criados.

A COF recebe também constantes solicitações de orientação por parte das(os) psicólogas(os) que, lotadas(os) em órgãos da saúde e da assistência social, são demandadas(os) pelo poder judiciário para realizar atendimento/acompanhamento/avaliação psicológica e posteriormente encaminhar relatórios sobre os indivíduos e famílias atendidos.

Tais dados a apontam para questões como:

I. A carência de psicólogas(os) para atuar junto ao Poder Judiciário, principalmente no interior do Estado;

II. Os conflitos gerados quando do encaminhamento de requerimentos pelo Poder Judiciário, solicitando realização de perícia psicológica e emissão de laudos no contexto judiciário a psicólogas(os) que atuam em Políticas Públicas do SUS, SUAS, entre outras.

Diante disso, cabem algumas orientações, uma vez que as solicitações emanadas pelo judiciário têm, por vezes, extrapolado as atribuições profissionais descritas pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e Ministério da

Saúde - MS. Além disso, verifica-se que este pleito cria um conflito entre a necessidade do Poder Judiciário e o dispositivo ético profissional, que requer que a(o) psicóloga(o) somente assuma responsabilidades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo:

**Art. 1º - São deveres fundamentais dos psicólogos:**

[...]

**b. Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.**

[...]

É sabido que do ponto de vista legal, ao profissional que possui diploma de formação de psicóloga(o) e está devidamente inscrita(o) junto ao CRP, é possível atuar em qualquer área da Psicologia. Entretanto é necessário que sejam observadas as condições éticas e técnicas desta prestação de serviço.

Nesse sentido, destaca-se que atuação enquanto perito do judiciário requer conhecimento específico e, ao serem demandadas para outros profissionais, notadamente aqueles que atuam junto às políticas públicas e a prática clínica, gera-se a divergência com os objetivos da práxis da(o) psicóloga(o) nestes espaços. Tem-se ainda que a própria estrutura física dos locais e o instrumental técnico pertinente a tais políticas por vezes não são compatíveis com as demandas recebidas.

Grupos de psicólogas(os) que tiverem interesse em participar de ações de orientação coletiva podem enviar sua demanda para o email [cof@crpsc.org.br](mailto:cof@crpsc.org.br).  
Será construído calendário de orientações a serem realizadas pelo Estado.

Destaca-se também que, muitas vezes, o sujeito da avaliação é usuário do serviço – e que tal trabalho pressupõe a existência de vínculo profissional – o que inviabiliza a emissão de laudo resultante de uma perícia. Desta forma, além de ser o trabalho prejudicado do ponto de vista do judiciário, também pode haver prejuízo do ponto de vista do atendimento realizado junto usuário.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo:

**Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:**  
[...]

**k. Ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação.**

Assim sendo, resta claro que

os documentos escritos pela(o) psicóloga(o) nestas esferas têm objetivos delimitados e características específicas e que deve ser respeitado o vínculo profissional existente, diferindo da atuação em contexto pericial. Contudo, caso a(o) profissional atuante em políticas públicas desempenhe a função conforme solicitado pelo Judiciário, torna-se necessário que se evidencie o caráter extraordinário deste tipo de atendimento e caracterize os limites de atendimento da demanda, haja vista o contexto e condições disponíveis para tal, além de enfatizar o possível prejuízo ao serviço público e à população atendida.

O CRP compreende que o diálogo e atuação conjunta entre as diferentes esferas, notadamente a Justiça, Saúde e Assistência Social, contribui sobremaneira para a articulação, qualificação da prática profissional e valorização da(o)

psicóloga(o), objetivando principalmente a realização de um atendimento à população que seja ético, qualificado e eficiente. Compreende-se, no entanto, que a clareza das especificidades de cada âmbito é igualmente relevante para o cumprimento de tal objetivo.

Conclui-se informando às(aos) psicólogas(os) catarinenses que o VIII Plenário do CRP-12 está pleiteando junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Ministério Público, um espaço para discutir tais situações, visando contribuir para que os profissionais possam realizar seu trabalho com qualidade ética e técnica e respeitando os limites de seu campo de atuação. Paralelamente a COF está produzindo documento com objetivo de orientar coletivamente a categoria e realizará eventos de orientação coletiva, em diferentes regiões do Estado.

Saiba mais...



## Referências Técnicas

Conheça os documentos produzidos pelo CREPOP: [crepop.pol.org.br/novo](http://crepop.pol.org.br/novo)

## Resoluções:

### CFP N.º 017/2012

Dispõe sobre a atuação do psicólogo como Perito nos diversos contextos.

### Resolução CFP nº 010/2005

Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

### Resolução CFP Nº 007/2003

Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica.

# GT fará acompanhamento dos editais de concursos públicos

O Conselho Regional de Psicologia realizará o acompanhamento de editais de concursos de interesse da Psicologia, a fim de verificar a adequação do conteúdo, se garantem o exercício profissional com qualidade ética e técnica e contemplam espaços para a atuação do Psicólogo. Para o ano de 2014, o VIII Plenário definiu, em seu Planejamento Estra-

tégico, pela criação de um Grupo de Trabalho (GT) sobre o tema, a ser articulado com outras instituições como SINPSI-SC, ABEP, FEPSIC, DIEESE, FECAM. Através desta ação, o Conselho objetiva contribuir para que os espaços de trabalho das(os) psicólogas(os) sejam assegurados, e que seja garantido o exercício profissional com qualidade técnica e ética.

## CRP-12 está realizando reuniões com gestores do Estado e analisando denúncias sobre concursos públicos

Chegaram ao conhecimento do Conselho Regional, neste início de 2014, denúncias de várias(os) psicólogas(os) sobre concursos públicos do estado. Tais denúncias têm sido analisadas e o CRP-12 está realizando reuniões junto aos gestores públicos e entidades promotoras do certame, visando discutir estes aspectos e, caso necessário, tomará as providências jurídicas cabíveis.

Concomitantemente o CRP-12 está criando rol de parâmetros sobre conteúdos programáticos específicos para cada campo de atuação, visando contribuir para a qualificação dos editais apresentados.

As(os) psicólogas(os) que quiserem entrar em contato com o GT de Concursos Públicos podem escrever para [gtconcursos@crpsc.org.br](mailto:gtconcursos@crpsc.org.br).

## Parceria entre Conselho Regional e Sindicato

Desde outubro de 2013 o CRP/12 realizou uma série de reuniões com o Sindicato dos Psicólogos de SC – SinPsi/SC, com objetivo de firmar parceria e elaborar projeto comum a partir das deliberações do VIII Congresso Nacional de Psicologia – CNP. Entre as ações planejadas se destacam cinco eixos prioritários de intervenção: condições de trabalho (piso salarial, PL das 30 horas e tabela

de honorários); acesso ao trabalho (concursos, trabalho cooperativo e ampliação dos espaços de trabalho); ações entre CRP/12 e Sindicato (comunicação e formação); sociedade de direitos; e trabalho e condições (precarização e saúde do trabalhador). Para que o Sindicato possa desenvolver estas e outras atividades pertinentes a sua função o CRP/12 acordou a liberação da atual presidente do SinPsi/SC Vania Maria Machado, funcionária da autarquia.

Para o GT Interinstitucional de Concursos Públicos, proposto pelo CRP-12 a partir de deliberação da Plenária de 19/10/2013, o SinPsi indicou como representante a psicóloga Livia Fontana.



## Articulação com os Conselhos Profissionais

O CRP/12 é um dos Conselhos Profissionais que integra a Associação dos Conselhos Profissionais – ASCOP. Neste espaço a gestão objetiva operacionalizar pautas comuns dos conselhos profissionais e articular ações integradas da política profissional.

No final de dezembro a ASCOP promoveu evento de confraternização com representantes dos conselhos associados onde foi realizada a avaliação das ações desenvolvidas no ano de 2013 e apontadas às necessidades para 2014.

Na ocasião a Presidente do CRP/12 Jaira Rodrigues articulou reunião com o Presidente do Conselho Regional de Administração – CRA, Antônio Carlos de Souza, agendada para a primeira quinzena de fevereiro, visando discutir assunto referente às fiscalizações das PJ de Psicologia realizadas pelo CRA.

Outra pauta foi a necessidade de ação conjunta frente ao novo Projeto de Lei do Ato Médico com os Conselhos de Nutrição, Farmácia e Fisioterapia. A presidente do CRP-12, ainda, abordou a possibilidade de ação conjunta com o Conselho Regional de Assistência Social – CRESS-SC frente às demandas do Judiciário para as(os) psicólogas(os) e assistentes sociais que atuam junto ao SUAS.

# Catarinenses participarão do V Congresso Latino -Americano de Psicologia da ULAPSI



## V Congreso Latinoamericano de Psicología ULAPSI

La Antigua Guatemala  
del 14 al 17 de Mayo 2014

*"Hilando los saberes y las prácticas  
de nuestra ciencia"*

O compromisso do CRP/12 com o desenvolvimento de uma Psicologia ética e técnica, que sirva como instrumento de transformação das condições de vida nos países da América Latina, pode ser observado pela sua articulação junto a União Latino Americana de Psicologia – ULAPSI, desde a fundação desta em 2002.

Com objetivo de dar continuidade

de nas relações de intercâmbio, cooperação e reconhecimento mútuo, estabelecido entre as(os) psicólogas(os) e as entidades de Psicologia que compõe a ULAPSI, bem como de fomentar o desenvolvimento e a intervenção de práticas psicológicas éticas, o CRP/12 participará do V Congresso Latino-Americano de Psicologia da ULAPSI.

O Congresso tem como tema

"Hilando los saberes y las prácticas de nuestra ciencia" e será realizado entre 14 e 17 de maio de 2014, na cidade de Antigua - Guatemala.

Conheça os trabalhos dos quais participarão os dois representantes do CRP-12. Após o congresso a apresentação será disponibilizada no site, ampliando a importância da compreensão da psicologia brasileira em relação com América Latina.

### MESA 1 - Descolonizar o pensamento Psicológico na América Latina: o papel da ULAPS

#### Trabalho: Para romper com o mimetismo: descolonizar o pensamento da Psicologia na América Latina

O maior desafio da Psicologia na América Latina é o de chegar a ser efetivamente latinoamericana. Esse projeto foi o que norteou a criação da própria ULAPSI. Hoje, o desafio maior dos interessados é o de fazer esse projeto ganhar centralidade na formação e na prática profissional em nossos países. Quais meios podem ser mais promissores nesses processos? Que avanços estão sendo conseguidos por aqueles que buscam essa construção? Qual o impacto e o papel da ULAPSI nessa construção? Qual o impacto da criação da Biblioteca Virtual Latinoamericana? Ou melhor: qual desenho de Biblioteca Virtual pode ser mais adequado a essa construção? Quais fontes devem ser consideradas prioritárias? Quais relações devem ser estabelecidas pelas entidades da Psicologia para promover essa construção?

### Mesa 2: Democratização da Comunicação: protagonismo e contribuições da Psicologia neste campo

#### Trabalho: Comunicação e desigualdade social

A desigualdade no acesso às informações importantes para uma comunidade tem papel fundante na constituição de sujeitos capazes de assumir seu papel de cidadãos. Muitos países asseveram em sua legislação educação como algo fundamental na atuação dos meios de comunicação. Recentemente, iniciativas significativas foram tomadas na América Latina para dar ao tema da comunicação social um tratamento de política pública. Qual a contribuição da Psicologia para esse debate?

#### Trabalho: Formar psicólogos para os povos latinoamericanos: quem vai formar os formadores?

Os problemas enfrentados, assim como as intervenções profissionais realizadas na América Latina, sequer conseguem ser retratadas nas bases de dados estadunidenses, devido às suas especificidades. Nesse contexto, de quem poderá ser a tarefa da produção de um pensamento latinoamericanista na Psicologia? Nos diferentes países latinoamericanos, profissionais estão abrindo em suas esferas de atuação fronteiras novas que poderiam provocar o surgimento de novidades na construção do pensamento psicológico.

### Mesa 3 - Participação Social e a Conquista do Estado Democrático de Direito: Contribuições da Psicologia na América Latina

**Trabalho:** A luta por garantia de direitos sociais que promovam justiça e igualdade é uma necessidade que responde à realidade dos países latino americanos. Esse debate convoca a discussão acerca do papel do Estado na garantia de políticas sociais de garantia de direitos e dos modelos de estado construídos nos diversos países latino americanos. Em todos eles, a questão da participação social tem sido central. A Psicologia está implicada com esses processos. A dimensão subjetiva, constituída por movimentos históricos e culturais, tem papel importante nos processos de participação e democracia.

# A contribuição da Psicologia no contexto dos grandes eventos esportivos sediados no Brasil

**O**XV Congresso Brasileiro e o VIII Congresso Internacional de Psicologia

do Esporte e do Exercício - CONBIPE (foto abaixo), realizado em Florianópolis em novembro de 2013, contou com a participação do Conselheiro Fabricio Raupp. O intuito foi reforçar a aproximação do CRP-12 com esta área de atuação, que vem sendo constituída de forma bastante consistente em Santa Catarina e no Brasil. Sabe-se que, por ocasião da proximidade dos grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, será necessário refletir sobre suas consequências sociais, o que leva à necessidade de discutir sobre a presença e a prática da Psicologia no Esporte, tanto no alto rendimento, quanto na prática educativa, de lazer e de reabilitação, numa perspectiva de Direitos Humanos.

Deste modo, visando dar visibilidade a Psicologia do Esporte e às condições em que se dão as práticas da(o) psicóloga(o), o CRP-12 criou o GT de Psicologia do Esporte, que contará com a ajuda de profissionais da área para propor ações neste campo de atuação. Como primeira ação, o GT convidou as entidades organizadoras do CONBIPE, a **Sociedade Catarinense de Psicologia do Esporte - SOCAPE**, representada pela sua presidente Andréa Pesca, e a **Sociedade Brasileira de Psicologia do Esporte - SOBRAPE**, representada pela vice-presidente Márcia Walter, para apresentarem um panorama sobre este campo de atuação.

## **Qual é o panorama atual da Psicologia do Esporte no Brasil?**

**Márcia Walter - SOBRAPE:** O Psicólogo do Esporte tem conquistado seu espaço no mundo esportivo internacional. No Brasil apesar de muitas seleções nacionais e regionais não terem ainda em seu quadro o psicólogo, o número de profissionais aumentou consideravelmente, isto se deve a ação efetiva do psicólogo do esporte com a equipe técnica, os atletas, os pais, considerando todas as variáveis que possam influenciar nos resultados. Um exemplo recente é o da seleção Brasileira de Handebol Feminino que contou com o trabalho da Psicologia do Esporte, que em conjunto com os demais componentes da equipe técnica auxiliaram na conquista do título inédito de Campeão Mundial 2013. Estes resultados positivos servem de estímulo as demais seleções para a contratação do psicólogo do esporte nas suas equipes.

## **Quais as possibilidades e perspectivas sobre o trabalho do psicólogo do esporte no Brasil?**

**Andréa Pesca - SOCAPE:** A Psicologia do Esporte e do Exercício é uma área emergente ainda no Brasil, temos muito a explorar, além da atuação em equipes esportivas profissionais (esporte de alto rendimento - competitivos), os psicó-

logos esportivos podem e devem atuar no esporte escolar, amador, de reabilitação e iniciação esportiva. O trabalho consiste na descrição, explicação e no prognóstico de ações esportivas, com a finalidade de desenvolver e intervir com técnicas psicológicas cientificamente, sempre levando em consideração os princípios éticos. No que tange a Psicologia do exercício, o foco é nos transtornos alimentares (anorexia, bulimia, obesidade), adesão ao exercício físico como promoção e prevenção de saúde, transtornos como corpo dismórfico, avaliação de paciente que irá se submeter a cirurgia plástica, reabilitação de doenças cardiopáticas, entre outros. Como podemos perceber a área é ampla e necessária. Com isso, os psicólogos podem atuar em consultórios particulares, clínicas interdisciplinares, instituições esportivas, academias, assessorias esportivas, escolas, centros comunitários (que possuem equipes de esporte amador) entre outros. Uma grande perspectiva é, a meu ver, que o psicólogo do esporte tem que trabalhar de forma interdisciplinar, pois é necessário entender o atleta como um todo, seja para o treinamento, competição, reabilitação de lesões. Essa atuação é importante para que juntos os profissionais possam traçar objetivos compatíveis com a equipe e ou o atleta individualmente e para desta forma trabalharem dentro do mes-



mo objetivo, trazendo assim, um olhar total ao atleta. Quando falo de profissionais falo de treinadores, preparados físicos, coordenadores, médicos, fisioterapeutas, médicos, nutricionistas, entre outros. Atualmente os profissionais que são admitidos em instituições esportivas já fizeram ou fazem estágio nestas ou em outras instituições, são estudantes que estão inseridos em grupos de pesquisas da área, ou seja, aqueles que têm proximidade com a Psicologia Esportiva. O reconhecimento vem com as atividades realizadas com ética e responsabilidade social. Os primeiros reconhecimentos vêm dos atletas e treinadores, que buscam cada vez mais o trabalho do psicólogo lhe confiando suas angústias, motivações, temores e expectativas.

***O Brasil irá receber importantes eventos esportivos, como a Psicologia do Esporte se insere e contribui nesse contexto?***

**MW - SOBRAPE:** Estes eventos trazem, além de grandes mudanças na infraestrutura das cidades, mudanças nas estratégias para desenvolver e qualificar nossos atletas que irão envolver profissionais de várias áreas, sendo que o psicólogo do esporte terá um importante papel, o de preparar os atletas emocionalmente para estes tão importantes eventos. Neste sentido a preparação psicológica deve ser um trabalho desenvolvido em conjunto com a equipe técnica e, a partir de um processo que já vem se desenvolvendo com qualidade e competência pelos psicólogos do esporte inseridos nas diversas modalidades das nossas seleções, que mais próximo das competições intensificam suas metas e objetivos em busca de resultados satisfatórios, considerando sempre a saúde mental dos atletas.

***Como pode ser avaliado o preparo psicológico do atleta de alto rendimento frente à condução de sua carreira, treinos e competições? Qual a contribuição da Psicologia nesse contexto?***

**AP - SOCAPE:** Primeiramente é necessário e primordial conhecer o atleta, a equipe que este compõe, a relação do(s) atleta(s) com a comissão técnica e dos atletas entre si, bem como explorar aspectos pessoais da vida do atleta para assim conhecê-lo integralmente e saber intervir de maneira eficaz e quando necessária. As intervenções atualmente estão centradas, principalmente, no treinamento de habilidades psicológicas (como concentração, memória, ansiedade, agressividade, motivação, estresse...) além dos aspectos psicofisiológicos e cognitivos que devem ser avaliados e explorados, pois estas são intervenções que auxiliam na melhora do desempenho dos atletas, o que vem sendo comprovado cientificamente em diversas pesquisas nacionais e internacionais. Para a eficácia destas intervenções é necessário, ainda, acompanhar o(s) atleta(s) e ou equipes antes, durante e após as competições esportivas, observando treinos e competições. O psicólogo esportivo precisa entender como os fatores psicológicos afetam o desempenho físico do atleta e entender como a participação em esportes e exercícios afeta o desenvolvimento psicológico, a saúde e o bem-estar das pessoas.

***Como a Psicologia atua no âmbito do esporte - educação, esporte - recreação e a relação destes campos com o conceito de Integralidade?***

**AP - SOCAPE:** A Psicologia Esportiva e do Exercício busca olhar

o atleta e ou praticante de exercício como um todo, de maneira integral, procurando conhecê-lo, e assim, conseguir intervir de maneira adequada e dentro dos limites destes indivíduos. No esporte-educação e esporte-recreação busca-se por meio do esporte o desenvolvimento psicológico e desta maneira valorizar e fortalecer as competências e habilidades de cada indivíduo. Mas, para que estas intervenções busquem cobrir o conceito integralidade faz-se necessário realizar uma avaliação psicológica a fim de traçar as habilidades e competências para conhecê-lo de maneira integral, isto é, buscando informações a cerca de seus sistemas relacionais, assim como, características de sua personalidade e aspectos psicológicos.

***Quais os benefícios que o psicólogo do esporte obtém ao vincular-se as associações/ organizações voltadas para esse fim?***

**MW - SOBRAPE:** As associações divulgam o que acontece na área, para que os profissionais estejam sempre atualizados e capacitados para trabalharem com seus atletas respeitando as leis e a ética do profissional de Psicologia, assim como o desenvolvimento de pesquisas para descobrir novas técnicas ou mesmo ter uma base mais forte para um trabalho com atletas. Através da realização de cursos, capacitações e Congressos que estas entidades promovem o objetivo principal é desenvolver nos profissionais da área uma visão mais humana do esporte, associando-o também a prevenção, reabilitação, recreação, criatividade e não somente a medalhas, vitória e pódio, que é uma ideia que exclui os que não venceram.

Saiba mais... A íntegra das entrevistas com as presidentes da **SOCAPE** e da **SOBRAPE** está disponibilizada no site do CRP-12. Conheça também o projeto do GT Psicologia do Esporte e saiba como participar do mesmo.

# PL do Ato Médico 2: É preciso estar atento e forte!

O Poder Executivo apresentou à Câmara dos Deputados, em 20 de agosto de 2013, o Projeto de Lei 6126/13, que propõe redação alternativa ao PL do Ato Médico derrotado um mês antes, resgatando parte dos textos vetados. Novamente, pleiteia como atos privativos dos médicos o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica, com acréscimo da frase "ressalvados os protocolos e diretrizes clínicas do SUS". Permaneceram as restrições à Acupuntura e à chefia dos serviços médicos.

Ainda em 2013, estabelecida tramitação em regime de prioridade, o PL Alternativo foi distribuído para as Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania. O Deputado Nazareno Fonteles (PT-PI) foi designado relator na CSSF. A Frente dos Conselhos Profissionais da Saúde (incluindo o CFP) elaborou uma proposta, que foi apresentada como emenda pelo Deputado Professor



Sérgio de Oliveira. Porém o Relator rejeitou a emenda e, em 28 de novembro de 2013, emitiu parecer favorável ao projeto. O PL foi retirado de pauta em 18 de dezembro e será apreciado pela CSSF após o recesso parlamentar.

A Frente dos Conselhos Profissionais da Saúde tem se reunido para discutir o tema e propor alternativas. O CFP emitiu Parecer desfavorável sobre o PL 6126/13, alertando que as consequências de sua aprovação seriam desastrosas para os usuários e profissionais envolvidos.

No entanto, em 2014 o PL Alternativo do Ato Médico vai exigir o mesmo empenho dos anos anteriores. É preciso estar atento e forte, buscando a união de todos e se mobilizando para impedir novamente a aprovação deste Projeto de Lei.

Precisamos manter nossa luta pela preservação dos princípios constitucionais, pela autonomia de cada profissão, pela organização das especialidades multiprofissionais em saúde de forma integrada e articulada (e não hierarquizada), pela manutenção dos avanços do SUS e pela atenção integral à saúde da população brasileira.

Em Santa Catarina, o CRP-12 está mantendo contato com os demais conselhos profissionais de Saúde e buscando novamente realizar reuniões com os parlamentares catarinenses para apresentar as reivindicações. Ações públicas serão organizadas e é fundamental a participação de todas(os).

## Mais de uma década de luta contra o Ato Médico

Durante mais de 10 anos, os conselhos de Psicologia, outros 13 conselhos profissionais da saúde e a população brasileira acompanharam a tramitação do projeto de lei do Senado SCD 268/02 (PL 7703/06, na Câmara Deputados), o projeto de Lei do "Ato Médico".

O projeto, ao dispor sobre a profissão da Medicina, apresentava 5 páginas determinando como "funções privativas" dos médicos diversas atividades exercidas por outras categorias profissionais, afrontando princípios constitucionais, a autonomia das profissões e, acima de tudo, lesando o usuário dos serviços.

Como consequência do alargamento das "funções privativas" dos médicos, por exemplo, o usuário somente poderia ser atendido por outro profissional de saúde mediante encaminhamento médico. No SUS, teria que passar pelo médico, enfrentando filas a mais e aumentando o custo público da Saúde, pois se verifica excessiva centralidade

na figura do médico e, ao mesmo tempo, o déficit não só deste profissional como dos demais que compõem os quadros de saúde no âmbito da saúde pública. Nos atendimentos particulares, o usuário pagaria uma consulta a mais, pois teria que passar antes pelo médico para depois passar pelo psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, nutricionista ou outro. Haveria perda de tempo e de dinheiro. O cidadão perderia a possibilidade de optar por ser atendido pelo profissional de saúde que julgasse indicado. Em locais onde não há serviços médicos disponíveis, o usuário ficaria privado do atendimento de outros profissionais.

Para a Psicologia, além do acima disposto, os principais pontos críticos eram:

1. atribuir somente ao médico o diagnóstico nosológico (de doenças) e a indicação de tratamento, podendo prejudicar o diagnóstico e intervenção nas

psicopatologias pelos psicólogos;

2. atribuir ao médico o uso exclusivo da Acupuntura, o que é permitido a todos os profissionais da Saúde, desde que devidamente habilitados;

3. atribuir somente ao médico a ocupação de cargos de chefia em serviços médicos, o que vem sendo exercido multiprofissionalmente.

Em 20 de junho de 2013 o projeto foi aprovado no Senado e encaminhado à sanção presidencial. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) juntamente com outras entidades da área da saúde lançou a campanha "Veta Dilma" e no dia 10 de julho foi publicada a Lei 12.842/13, contendo vetos aos artigos críticos para a Psicologia; vetos que foram confirmados pelo Senado.

Após anos de luta, tivemos uma vitória para a Saúde Brasileira... pena que por pouco tempo...

Em 2014, a luta continua!

Com informações do CFP e do CRP-SP.



As fotos registram a participação da psicóloga Sabrina Della Vechia Scarabelot na mesa redonda intitulada “Povos Originários”. O uso do cocar, ornamento indígena que simboliza esperança, teve intenção de demarcar a invisibilidade para a questão da saúde indígena na RAPS.

## Debate com temática indígena fez parte do I Encontro Nacional da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS

Com o objetivo de fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, o Ministério da Saúde, com apoio dos Conselhos de Psicologia, realizou o I Encontro Nacional da Rede de Atenção Psicossocial, de 4 a 6 de dezembro de 2013, na cidade de Pinhais (PR). O encontro reuniu todos os pontos de atenção e serviços da rede, seus usuários, familiares e parceiros de todo o país. A ideia foi possibilitar aos participantes um espaço de interação, reflexões e articulação entre os diversos atores institucionais e comunitários que compõem a rede em todo o país. A participação de profissionais catarinenses no encontro foi significativa, incluindo conselheiras(os) do CRP-12.

Entre os diversos Eixos Temáticos do encontro, um deles propôs a temática indígena, versando sobre os Povos Originários: Desafios para o Bem Viver. A psicóloga catarinense Sabrina Della Vechia Scarabelot, referência técnica de Saúde Mental do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI Interior Sul acompanhou a mesa, que foi coordenada por Jaqueline Tavares de Assis, da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde e contou com as falas dos indígenas Wendel e Soleane, da etnia Manchineri, do PET Saúde Indígena da Universidade Federal do Acre e do psicólogo Edinaldo Rodrigues, da etnia Xucuru, do DSEI Pernambuco, integrante dos Grupos de Trabalho Psicologia e Povos Indígenas do CRP-SP e Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas do MS. A mesa contou ainda com a participação do psicólogo Tássio de Oliveira Soares – PET Saúde Redes/Tocantins, presi-

dente do CRP-TO, e ex-referência técnica do DSEI Tocantins.

A mesa atraiu interessados e envolvidos com a temática de diversas áreas e campos de conhecimento, profissionais de municípios e gestores, entre outros e contou com a participação de referências técnicas da Saúde Mental Indígena, mobilizadores diretos em contemplar e discutir a temática num evento de importância como o Encontro da RAPS.

De acordo com Sabrina Della Vechia Scarabelot, a discussão em torno da RAPS X Povos Indígenas vem sendo contemplada pelo MS/SESAI: “Inclusive a articulação e aproximação entre RAPS e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's) foi um dos pontos abordados no último Encontro das Referências Técnicas de Saúde Mental dos DSEI's, ocorrido de 7 a 11 de outubro em Brasília”, lembrou.

A presidente do CRP-12, Jaira Teresinha Rodrigues e a psicóloga Tamara Olkowski, do Município de Entre Rios, município de SC com população indígena, estiveram entre as(os) catarinenses presentes à mesa sobre a temática indígena. “É importante darmos visibilidade as nossas diversas realidades no contexto indígena, aproximar esta Rede de saberes e práticas, discutir

estratégias de intervenções de saúde multi, inter e transdisciplinar”, assinalou Scarabelot.

Para a referência técnica de Saúde Mental do DSEI, é preciso apostar em aspectos positivos das comunidades, na potencialização dos territórios e no modo de organização social dos povos. “Precisamos acreditar na promoção da saúde, tendo como foco as relações, a vida que pulsa no território, e contribuir na organização e fortalecimento das redes de relações das pessoas, da comunidade e dos grupos; todos em prol de uma atenção que melhor acolha, que melhor atenda as necessidades, de acordo com as especificidades de cada realidade”, finalizou Sabrina.

O I Encontro Nacional da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS foi promovido pela Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Departamento de Atenção Especializada e Temática/Secretaria de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde, com a colaboração da Coordenação Municipal de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, e o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Prefeitura de Curitiba e da Secretaria de Saúde do Paraná.

O CRP-12 criou o **GT Interinstitucional sobre Saúde Indígena**, na reunião plenária de 07/12/2013. O GT está vinculado à Comissão de Políticas Públicas – eixo saúde e CREPOP, e tem o objetivo de promover a interlocução entre o campo de atuação saúde mental no contexto indígena e as(os) psicólogas(os). O GT será composto pelas seguintes instituições: FUNAI, Conselho Indigenista Missionários – CIMI, Divisão de Atenção a Saúde Indígena – DIASE e Setor do Distrito Sanitário Especial Indígena – SESAI/ MS – Interior Sul.

# CRP-12 e ABEP são parceiros na qualificação da formação das(os) psicólogas(os)

O Conselho Regional de Psicologia - CRP-12, tendo como objetivo atentar para as demandas, discussões e desafios concernentes à formação de psicólogas(os), renovou a parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP, através do Núcleo Regional de Santa Catarina. Tal parceria se efetiva tendo em vista que o exercício profissional, com qualidade e ética, passa a ser garantido a partir da formação de psicólogas(os).

Esta parceria entre CRP-12 e ABEP em Santa Catarina esteve presente na realização do V Encontro Regional da ABEP, que ocorreu em maio de 2013 em Balneário Camboriú. Neste encontro estiveram presentes conselheiras(os) do Conselho Regional de Psicologia e diretores da ABEP e, nesta oportunidade, foram eleitos os membros integrantes da nova coordenação do Núcleo Regional da ABEP de Santa Catarina. Também foi realizado o

Encontro Catarinense de Estágios de Psicologia em que foram abordados aspectos relativos às recomendações para os estágios de Psicologia elaboradas pela ABEP e Conselho Federal de Psicologia.

Representantes de Santa Catarina, entre estudantes, professores e coordenadores de cursos, se fizeram presentes no Encontro Nacional da ABEP, ocorrido em setembro de 2013. Na ocasião foram travados profícuos debates relativos a licenciatura em Psicologia; movimento estudantil; ética na formação das(os) psicólogas(os); estágios de Psicologia; os desafios das políticas públicas e a formação; e a formação de psicólogas(os) na América Latina. Neste encontro nacional foi eleita e empossada a nova diretoria da ABEP, da qual fazem parte as(os) catarinenses Eliz Marine Wiggers, Júlio Schruher Júnior e Lilia Kanan (professoras e professor) e o estudante catarinense Eduardo Antunes.

Em novembro de 2013 ocorreu em Florianópolis, durante o Encontro Nacional da ABRAPSO, um fórum de discussões da ABEP que reuniu professores e coordenadores de cursos de diferentes estados e regiões, os quais puderam discutir os desafios vivenciados nos espaços formativos e em conjunto deliberar encaminhamentos e parcerias possíveis a serem efetivadas. Desse modo, visando à continuidade das ações, as entidades realizarão, no mês de fevereiro, reunião de planejamento conjunto em prol do exercício profissional e de uma formação qualificada de psicólogas(os).



## Parceria com as IES

A exemplo da parceria estabelecida com a ABEP, o CRP-12 deseja fortalecer a relação junto as Instituições do Ensino Superior (IES) de Santa Catarina. Para tanto encaminhou ofício convite às coordenações de curso de Psicologia do Estado, com o objetivo de construir diálogo e a melhor visualização das demandas regionais, bem como a proposição de desenvolvimento das seguintes ações:

1. Organização de encontros com a turma de formandos do Curso de Psicologia, no intuito de apresentar o Sistema Conselhos, bem como orientar os futuros profissionais sobre assuntos referentes aos direitos e responsabilidades relacionados ao exercício profissional;

2. Reuniões para a entrega de Carteira de Identidade Profissional - CIP às(aos) psicólogas(os) da região;

3. Realização de outras ações a serem acordadas entre as instituições;

4. Participação das(os) conselheiras(os) nas Semanas Acadêmicas dos Cursos de Psicologia e/ou outros eventos em que seja oportuno o debate de temáticas relacionada ao exercício profissional.

O convite já foi aceito por 12 dos 30 cursos existentes no Estado, e as ações propostas já começaram a ser desenvolvidas. O CRP-12 aguarda ainda a adesão de novos cursos no início do ano letivo, para o agendamento de futuras ações. As instituições interessadas podem enviar email para [claudia@crpsc.org.br](mailto:claudia@crpsc.org.br).

## Profissionais de todas as regiões do Estado recebem Carteira de Identidade Profissional em cerimônias do CRP-12



Profissionais recém formados da região Norte receberam sua Identidade Profissional em Joinville



Cerimonial de entrega da CIP na cidade de Lages

Mais informações sobre a emissão e entrega da CIP consulte o site do Conselho de Psicologia: [www.crp-sc.org.br](http://www.crp-sc.org.br).

A Carteira de Identidade Profissional (CIP) é um documento emitido pelo Conselho Regional de Psicologia em que a(o) psicóloga(o) é inscrita(o), válido em todo o território nacional, podendo inclusive substituir a Carteira de Identidade. Esse documento é necessário para o exercício do profissional da(o) psicóloga(o) em todo o país, como esclarece o Decreto Federal 79.822:

*“O exercício da profissão de psicólogo nas suas diferentes categorias em todo território nacional, somente será permitido ao portador da Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo CRP da respectiva jurisdição.” (art. 1º do Decreto Federal nº79.822, de 17/06/77).*

Na maioria dos casos é emitida inicialmente a CIP provisória, com a apresentação do Certificado de Colação de Grau e validade dois anos. A Carteira permanente só é emitida quando a(o) psicóloga(o) apresentar o Diploma de Colação de Grau. É permitida à(ao) profissional a solicitação da emissão de uma Inscrição Secundária, quando a(o) psicóloga(o) atuar em mais de um Estado concomitantemente, e de segunda via, caso ocorra extravio do original. É importante ressaltar que por ocasião da cessação do exercício profissional, a(o) psicóloga(o) deverá solicitar por escrito o cancelamento da inscrição junto ao Conselho onde tiver sua inscrição principal e devolver sua Carteira de Identidade Profissional – CIP.

No Cerimonial de Entrega

de CIP às(aos) psicólogas(os), que acontecem periodicamente nas várias regiões de Santa Catarina, são fornecidas aos participantes informações acerca do exercício profissional e das formas de participação nas atividades do Conselho. Esse momento é o primeiro contato formal entre a autarquia e as(os) psicólogas(os) recém-formadas(os), configurando-se em um importante momento de cunho informativo e político.

A nova Gestão vem estabelecendo parceria com os Cursos de Psicologia de todas as regiões do Estado, aproximando-se da formação com vistas ao seu fortalecimento e aprimoramento em projetos junto ao CRP-12. A entrega de CIPs dentro das universidades é uma das primeiras ações de parceria entre o VIII Plenário e os Cursos de Psicologia. É válido ressaltar que nas cidades que tiverem mais de um curso de Psicologia, as CIPs serão entregues em sistema de rodízio entre os cursos existentes.

Desde que o VIII Plenário assumiu a gestão, foram realizados oito encontros para a entrega de CIPs em Santa Catarina nas seguintes cidades: Chapecó, Lages, Florianópolis, Criciúma, Rio do Sul e Joinville. E outros Cerimoniais de Entrega de Carteiras serão realizados, conforme necessidade, ao longo do ano de 2014. Está em andamento uma análise de quais localidades podem ser incluídas no roteiro de entrega das CIPs, com objetivo de realizar a entrega das carteiras o mais próximo possível da localidade de moradia da(o) psicóloga(o).

## Compreenda o processo orçamentário do Conselho Regional

O orçamento público existe para quantificar e controlar o planejamento e utilização dos recursos que servirão de financiamento para os gastos públicos subdivididos em duas categorias, correntes e investimentos.

Os gastos correntes são efetuados para a manutenção dos serviços já existentes, já os investimentos, sejam eles físicos ou políticos, são realizados para o aumento da capacidade do CRP-12 na prestação de serviços aos profissionais de Psicologia e sociedade, além do fomento da Psicologia enquanto ciência e profissão em todo o Estado.

O orçamento do CRP-12 nasce da formulação da proposta orçamentária que traduz os planos e metas estabelecidos pela direção do CRP-12.

Esta proposta vem estabelecer as fontes de recursos através da expectativa de receitas com anuidades de pessoa física e jurídica, taxas de serviços, receitas financeiras e dívida ativa, além

de estabelecer os gastos que serão efetuados durante o ano em questão.

Uma vez elaborada a proposta orçamentária é submetida à aprovação à Assembleia dos Psicólogos, que é a instância máxima deliberativa na estrutura do CRP-12 e formada por todos os profissionais do Estado.

No CRP 12 o planejamento orçamentário ao longo dos últimos anos tem cumprido seu importante papel de ferramenta financiadora das atividades do CRP-12 seja no âmbito da prestação de serviços de orientação e fiscalização

seja no fomento da Psicologia no Estado de Santa Catarina.

Para tanto em sua formulação anual, busca-se o equilíbrio entre as contas de receita e despesa, para que as ações do Conselho tenham a sua continuidade garantida, entretanto, sem com isso imputar junto ao profissional de Psicologia, valores exorbitantes de anuidades e taxas de serviços.

Corroborar para esta afirmação o quadro abaixo, que demonstra que nos últimos anos a anuidade do CRP-12 não acompanhou o ritmo inflacionário.

Ano	Valor Anuidade (R\$)	Reajuste	Inflação
2011	357,82	Sem reajuste	6,50%
2012	357,82	Sem reajuste	5,84%
2013	377,50	5,50%	5,91%
2013	399,66	5,87%	---

Obs.: Em 2014 a inflação esperada é de 6%

## Proposta orçamentária votada e aprovada para 2014

RECEITA	PARCIAL	TOTAL	DESPESA	PARCIAL	TOTAL
<b>Receita Corrente</b>		<b>4.665.295,35</b>	<b>Despesa Corrente</b>		<b>3.190.075,40</b>
Receitas de Contribuições	4.322.620,36		Pessoal e Encargos Sociais	1.127.924,57	
Receitas de Serviços	96.044,99		Outras Despesas Correntes	2.062.150,83	
Financeiras	156.630,00		<b>Despesa de Capital</b>		<b>1.675.219,95</b>
Outras Receitas correntes	90.000,00		Investimentos	165.497,57	
<b>Receita de Capital</b>		<b>200.000,00</b>	Outras Despesas de Capital	1.509.722,38	
Outras Receitas de Capital	200.000,00		TOTAL		<b>4.865.295,35</b>
TOTAL		<b>4.865.295,35</b>			

O montante das receitas e despesas do CRP-12 projetadas para 2014 é cerca de R\$ 4,86 milhões de reais. O montante esperado em relação às receitas com anuidades – pessoa física e jurídica –, hoje representam cerca de 92% de toda a fonte de recursos do CRP-12, o que remete à importância das(os) profissionais manterem em dia sua anuidade, pois somente assim o Conselho terá condições de realizar seu trabalho em favor da profissão e da sociedade.

Os dados relativos ao fechamento do orçamento de 2013, assim como a execução do orçamento de 2014, estão disponíveis para consulta no Portal de Transparência, no site do CRP-12.





## Psicóloga(o), fique legal: aproveite as condições facilitadas para o pagamento de anuidades em débito

O Sistema Conselhos de Psicologia prorrogou, até 31 de dezembro de 2014, a resolução que estabelece a redução dos encargos legais das anuidades anteriores a 2012. Esta é uma importante iniciativa para que o profissional possa ficar em dia com sua anuidade, obtenha mais informações junto ao CRP-12.

**Psicóloga(o) mantenha em dia sua anuidade e atualize seus dados cadastrais. Conheça as atividades desenvolvidas pelo CRP-12 e saiba como sua contribuição é investida em atividades para o fortalecimento da profissão.**

## Reinauguração do Escritório Setorial e criação do Polo Oeste

Conselheiras(os) do CRP-12 estiveram em Chapecó no final de janeiro para realizar reuniões com representações de diversas entidades da Psicologia da região Oeste do Estado. No dia 1º de fevereiro foi realizada a reinauguração do Escritório Setorial Oeste, com programação para profissionais da região. Em março, nos dias 7 e 8,

novamente a agenda incluiu atividades para a articulação do Polo Oeste. A pauta é o debate sobre Psicologia e Gênero, acompanhando a data, Dia Internacional da Mulher. Interessadas(os) em apresentar sugestões e pautas podem encaminhar e-mail para: [articula.oeste@crpsc.org.br](mailto:articula.oeste@crpsc.org.br).



### Agenda

#### MARÇO

- 01/03** – Reunião com a ABEP
- 01/03** – GT Psicologia e ensino
- 01/03** – Reunião PCS
- 07/03** – Reuniões com entidades – Escritório Setorial
- 07/03** – Psicologia e Gênero
- 08/03** – I encontro da Política de Colaboradores – Polo Oeste – Escritório Setorial Chapecó
- 10/03** – Reunião com grupo de psicólogas(os) da AMOSC sobre atuação no SUAS
- 14/03** – Reunião Grupo Temático Saúde
- 15/03** – I encontro da Política de Colaboradores – Polo Grande Florianópolis – Sede CRP
- 21/03** – Plenária de COE
- 22/03** – Plenária Ordinária
- 29/03** – I encontro da Política de Colaboradores – Polo Vale do Itajaí
- 31/03** – "Processos Ditatoriais e Subjetividades: Evento alusivo aos 50 anos do golpe Civil Militar"

#### ABRIL

- 05/04** – I encontro da Política de Colaboradores – Polo Norte – Joinville
- 11/04** – I encontro da Política de Colaboradores – Polo Serrano – Lages e Polo Sul – Criciúma
- 25/04** – Plenária Ordinária
- 26/04** – I encontro da Política de Colaboradores – Polo Alto Vale – Blumenau

#### MAIO

- 14 a 17/05** – ULAPSI
- 17/05** – Ação de Combate a Homofobia
- 18/05** – Ação do Dia Nacional do Combate a Violência e a Exploração Sexual Infantil
- 18/05** – Ação da Luta Antimanicomial
- 23/05** – Plenária da COE
- 24/05** – Plenária Ordinária
- 31/05** – Política de Colaboradores
- 31/05 a 01/06** – APAF

#### JUNHO

- 27/06** – Plenária COE
- 28/06** – Plenária Ordinária



Conheça a Política de Participação e Colaboração do Conselho de Psicologia de Santa Catarina



VIII Plenário define criação de Grupos de Trabalho (GTs) interinstitucionais em áreas de atuação da Psicologia



Entrevista: a contribuição da Psicologia no contexto dos grandes eventos esportivos sediados no Brasil

## NESTA EDIÇÃO



**Sede do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região:** Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC - CEP: 88101-050 Fone/fax: (48) 3244-4826

**Escritório Setorial Oeste** - Ed. Lazio Executivo, Rua Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC - CEP: 89.802-130 - Fone: (49) 3304-0388 / Fax: (49) 3304-0389

e-mail: [crp12@crpsc.org.br](mailto:crp12@crpsc.org.br) / [www.crpsc.org.br](http://www.crpsc.org.br) / [www.facebook.com/crp12sc](https://www.facebook.com/crp12sc)